

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	XV
INTRODUÇÃO.....	XIX

CAPÍTULO I

O DIREITO E SUA CONSTRUÇÃO PELA LINGUAGEM

1.1. Premissas do trabalho	1
1.2. A Ciência do Direito e o Direito Positivo	3
1.3. O Direito e a linguagem: construção da norma jurídica	6
1.4. Do processo de construção da norma jurídica.	10
1.4.1. Do processo de construção da norma jurídica: fontes do direito	13
1.4.2. Do processo de construção da norma jurídica: da literalidade à significação completa	18
1.4.3. Do processo de construção da norma jurídica: o sistema do Direito Positivo e o ordenamento jurídico	27
1.5. Detalhando a norma jurídica: A regra matriz de incidência tributária	30

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

2.1. Considerações gerais: o ato de classificar	35
2.2. Definição dos critérios classificatórios	39
2.3. Classificação intranormativa – único critério classificatório único.....	43
2.4. Classificação internormativa – três critérios classificatórios	46
2.4.1. Tributos não vinculados, não destinados e não restituíveis.	47
2.4.2. Tributos não vinculados, não destinados e restituíveis	48
2.4.3. Tributos não vinculados, destinados e não restituíveis	48
2.4.4. Tributos não vinculados, destinados e restituíveis	49
2.4.5. Tributos vinculados, não destinados e não restituíveis	50
2.4.6. Tributos vinculados, não destinados e restituíveis	51
2.4.7. Tributos vinculados, destinados e não restituíveis	51
2.4.8. Tributos vinculados, destinados e restituíveis.....	52
2.4.9. Síntese da classificação internormativa	52

2.5. Da relação da classificação das espécies com a norma de competência tributária	54
---	----

CAPÍTULO III

A NORMA JURÍDICA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

3.1. Da definição de competência tributária	57
3.2. Poder de tributar e competência tributária	59
3.3. Conceito de competência como norma	61
3.4. Normas de estrutura e normas de conduta	61
3.5. Da estrutura formal da norma de competência	64
3.5.1. Dos elementos do antecedente da norma de competência.....	67
3.5.2. Dos critérios do conseqüente da norma de competência	68
3.5.2.1. Do critério delimitador da autorização de competência	70
3.5.2.1.1. Critério de validação material	71
3.5.2.1.1.1. Critério de validação material <i>stricto sensu</i>	73
3.5.2.1.1.2. Critério de validação de destinação necessária.....	74
3.5.2.1.1.3. Critério de validação de restituição necessária	76
3.5.2.1.2. Critério de validação formal (ou procedimental).....	76
3.6. Do controle da competência pelos critérios de validação material e formal	77
3.6.1. Do controle da validade pelo critério de validação material	78
3.6.2. Do controle da validade pelo critério de validação formal	80
3.7. Da regra-matriz conformada pela norma de competência tributária.....	82

CAPÍTULO IV

DAS ESPÉCIES DE CONTRIBUIÇÕES EM NOSSO SISTEMA TRIBUTÁRIO

4.1. Das contribuições especiais no sistema jurídico tributário brasileiro	85
4.2. Natureza jurídica	90
4.3. Das espécies de contribuições especiais	96
4.3.1. Contribuições sociais	102
4.3.1.1. Definição da ordem social	102
4.3.1.2. Das contribuições sociais em espécie	104
4.3.1.2.1. Contribuições especiais sociais para a seguridade social ordinárias	104

4.3.1.2.2. Contribuições especiais sociais para a seguridade social residuais	113
4.3.1.2.3. Contribuições especiais sociais gerais	121
4.3.1.2.4. Conclusões acerca das contribuições sociais	123
4.3.2. Contribuições de interesse de categorias profissionais	124
4.3.3. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	125
4.3.3.1. Definição da ordem econômica na Constituição Federal e das formas de intervenção estatal na economia	127
4.3.3.1.1. Formas de intervenção direta na economia	131
4.3.3.1.2. Formas de intervenção indireta na economia	134
4.3.3.1.3. Relacionando as formas de atuação e as formas de custeio da atividade estatal	139
4.3.3.2. Os princípios da ordem econômica na Constituição Federal	141
4.3.3.3. As materialidades permitidas para as contribuições interventivas	146
4.3.4. Contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública	149

CAPÍTULO V

A NORMA ORÇAMENTÁRIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

5.1. Do orçamento.....	153
5.1.1. Da definição de orçamento.....	156
5.1.1.1. O Plano Plurianual.....	157
5.1.1.2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	158
5.1.1.3. A Lei Orçamentária Anual	159
5.1.1.4. A relação entre as leis orçamentárias	161
5.2. Princípios orçamentários	162
5.2.1. Princípio do equilíbrio.....	162
5.2.2. Princípio da universalidade orçamentária.....	164
5.2.3. Princípio da anualidade	164
5.2.4. Princípio da exclusividade.....	166
5.2.5. Princípio da unidade.....	166
5.2.6. Princípio da não afetação.....	167
5.3. Das vedações ou proibições	168
5.4. Das contribuições e a lei orçamentária	170

5.4.1. Orçamento fiscal e as receitas tributárias das contribuições	173
5.4.2. Orçamento de investimentos e as receitas tributárias das contribuições.....	175
5.4.3. Orçamento da seguridade social e as receitas tributárias das contribuições.....	176
5.4.4. Receitas de contribuições não constantes do orçamento	177
5.4.5. A destinação das contribuições e orçamento: relação necessária	178

CAPÍTULO VI

CONTROLE DA DESTINAÇÃO DAS RECEITAS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

6.1. A destinação e seu caráter impositivo.....	181
6.2. Do processo de positivação no Direito	183
6.2.1. A norma definidora de competência tributária.....	185
6.2.2. A norma instituidora do tributo.....	186
6.2.3. A norma orçamentária	188
6.2.4. A norma do lançamento.....	193
6.2.5. A norma administrativa	195
6.3. Do controle da destinação das receitas das contribuições.....	197
6.3.1. Controle da destinação do produto na esfera legal	198
6.3.2. Controle da destinação do produto na esfera fática.....	201
6.4. A destinação das contribuições e o STF	204
CONCLUSÕES.....	211
BIBLIOGRAFIA.....	221